

O processo de emancipação de estudantes de periferia a partir da atuação em grêmios estudantis

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin¹, Simone de Fátima Flach²

Resumo:

A partir de resultados de pesquisa de pós-graduação, o presente artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão sobre os limites e as possibilidades da participação de jovens em grêmios estudantis em escolas localizadas nas periferias da cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, Brasil. A coleta de dados ocorreu a partir de entrevistas semiestruturadas com presidentes de grêmios estudantis das escolas pesquisadas. Tendo o materialismo histórico e dialético como pressuposto teórico e metodológico, a autonomia dos estudantes, o processo eletivo, a emancipação política e a emancipação humana constituíram-se em categorias de análise. Ao final, considera-se que os gestores escolares cerceiam a participação dos estudantes junto aos grêmios estudantis, inibindo uma atuação estudantil comprometida com o processo de emancipação.

Palavras-chave: Grêmios Estudantis. Participação discente. Emancipação humana. Emancipação política.

1 Doutoranda em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, Brasil.
E-mail: audiboutin@hotmail.com.

2 Doutora em Educação. Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, Brasil.
E-mail: eflach@uol.com.br.

The emancipation process of periphery studentes throught their performance in students associations

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin, Simone de Fátima Flach

Abstract:

From results of a graduation research, this article presents the contributes for understanding the limits and the possibilities of participation in students associations in public schools in Ponta Grossa, state of Paraná, Brazil. The data collection was carried out from semi structured interviews with presidents of the schools studied. Considering the historical and dialectical materialism theoretical and methodological presupposition, students' autonomy, selection process, political and human emancipation constituted the analysis categories. At the end, the findings pointed out that school managers retrench the participation of students in associations and inhibit their committed actuation as an emancipation process.

Keywords: Students Association. Students participation. Human emancipation. Political emancipation.

1 Introdução

Considerando, baseado em diferentes pesquisadores (COSTA; VIEIRA, 2006; SANFELICE, 2013), que as relações econômicas e sociais são aspectos que contribuem para a existência de múltiplas juventudes e que os jovens têm comportamentos e são guiados por convenções atreladas à realidade econômica a qual pertencem, o artigo aqui apresentado tem como objetivo contribuir para a compreensão sobre os limites e as possibilidades da participação de jovens em grêmios estudantis em escolas localizadas nas periferias da cidade de Ponta Grossa (PR). Para tanto, expõe dados de pesquisa de pós-graduação, a qual teve como questão central identificar em que medida o Grêmio Estudantil pode contribuir para o processo de emancipação em comunidades de periferias da cidade de Ponta Grossa.

Assim, foram selecionadas seis escolas da rede estadual de ensino, situadas em região de periferia, com grêmios estudantis atuantes no ano de 2015, onde os presidentes das agremiações foram entrevistados.

As reflexões que permeiam o artigo encontram-se divididas em três partes. Na primeira apresentamos, historicamente, como a legislação tem regulamentado o Grêmio Estudantil enquanto instância de representatividade discente. Na segunda parte, com base em dados dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas selecionadas e do documento Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Paraná (GEMPAR), tecemos considerações a respeito das periferias em que se inserem as agremiações. Em seguida, os dados empíricos da pesquisa são expostos, os quais se caracterizam pela análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com presidentes dos grêmios estudantis. Ao final são apresentadas as considerações sobre a efetivação das emancipações humana e política com base nas entrevistas e na análise à luz dos autores que fundamentam esta pesquisa.

2 Considerações sobre grêmio estudantil e legislação pertinente

Os grêmios estudantis são instâncias colegiadas de representação dos estudantes e articulados com o movimento estudantil. Eles possibilitam tanto a expressão, a organização e a busca pelo atendimento das demandas dos jovens quanto também facilitam e fomentam o desenvolvimento e a vivência de práticas “de lazer e sociabilidade política” (MENDES, 2011, p. 16) no interior da instituição escolar e também fora dela.

Souza e Merege (2014) consideram escassas as pesquisas que têm o Grêmio Estudantil como objeto de análise e apontam como ponto articulador dessas pesquisas o entendimento de que os grêmios estudantis constituem “lugares privilegiados de socialização política e formação de uma cidadania ativa” (p. 8), tese que também é endossada por outros pesquisadores, como Pavão e Carbelo (2013) e Martins e Dayrell (2013).

No que tange as potencialidades formativas dos grêmios estudantis, destacam-se as contribuições de Pavão e Carbelo (2013) ao pautarem suas análises na defesa de que o Grêmio Estudantil é um espaço formativo no qual os alunos “aprendem a defender seus interesses e direitos no interior da instituição” (p. 1389). Ainda para os autores citados, a luta pela ampliação dos direitos pode ultrapassar o âmbito escolar e, por isso, ressaltam as possibilidades de formação política fomentada pelo engajamento dos jovens em grêmios estudantis.

Tendo em vista o entendimento de que a educação é uma prática social que pode ocorrer em diferentes espaços que compõe a sociedade civil, conforme indicado por Mészáros (2008), Gohn (2014) e Arroyo (2003), é possível inferir que os grêmios estudantis constituem espaços de educação não formal³ que possibilitam aprendizados nos aspectos político, social e cultural.

Em que pese os grêmios estudantis serem considerados espaços de educação não formal, é necessário ponderar que eles estão atrelados a uma instituição de educação formal, que é a escola. Nesse contexto, é essencial destacar que os grêmios estudantis são entidades autônomas e representativas dos interesses dos estudantes, conforme enfatizam Pavão e Carbelo (2013, p. 1399):

Atentamos que é importante que o grêmio estudantil seja organizado pelos estudantes e se constitua em espaço de debates, deliberações e encaminhamentos de assuntos de interesse dos estudantes. A atuação do grêmio estudantil não se reduz ao âmbito escolar, ultrapassa os muros da escola, pois uma das finalidades do grêmio é envolver os alunos com o aprendizado das regras da vida em sociedade, promovendo a consciência política. Os estudantes passam a debater direitos e deveres dentro e fora da escola. São essas experiências que contribuem para o aprendizado fundamental de organização política.

Portanto, os grêmios estudantis, embora se constituam em espaços organizativos comuns a estudantes de uma mesma instituição de ensino, não são homogêneos e isentos do embate de interesses controversos, sejam estes advindos dos próprios estudantes ou de grupos ou pessoas externas a esse coletivo. Por isso, é importante que esses Grêmios Estudantis pautem suas atividades de forma autônoma e em prol dos interesses comuns dos estudantes, fomentando a participação não apenas no interior da instituição de ensino em que se inserem, mas para além dela.

O direito à participação estudantil previsto em lei e a organização discente em agremiações podem ser considerados como uma conquista para os jovens estudantes brasileiros em razão do histórico social e político com curtos períodos democráticos. Nos limites da sociedade do capital, esse direito por vezes é cerceado, seja pelo

3 Para Gohn (2014) a educação não formal tem como fim a realização de um projeto “sociopolítico e cultural” (p. 40). Esta modalidade de educação se vale de distintas estratégias as quais se evidenciam nas experiências compartilhadas de forma coletiva e desse modo, contribuem para a “formação de cidadãos, livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos” (GOHN, 2014, p. 40).

Estado, por meio dos dispositivos legais e aparatos repressivos⁴, ou pelos gestores e professores, os quais atuam de forma a tutelar a organização dos jovens, conforme indicam os resultados da pesquisa de Idelbrando e Albuquerque (2011)⁵.

De qualquer modo, embora existam limites e, na prática, as relações sejam verticalizadas, é importante explicitar os aspectos legais que regulamentam a participação dos jovens em grêmios estudantis para que haja o entendimento sobre as conquistas e retrocessos que se fazem presentes na efetivação de direitos e na participação discente.

No ano de 1979, durante o período da Ditadura Militar, atendendo a uma antiga reivindicação dos jovens secundaristas para a criação de grêmios livres e autônomos, a Lei n.º 6.680 deliberou sobre a criação de grêmios estudantis. No entanto, naquele contexto, os grêmios estudantis tinham finalidades cívicas e desportivas e deveriam ser assistidos por um membro do corpo docente (CARLOS, 2006).

Com o fim da Ditadura Militar, no ano 1985, a Lei n.º 7.398, de 4 de dezembro, em oposição à legislação anterior, assegurou a criação dos grêmios estudantis como entidades autônomas e representativas dos interesses dos alunos, conforme prevê:

Art. 1º Aos estudantes dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas [sic] e sociais.

[...]

§ 3º A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral [...] (BRASIL, 1985).

Essa lei, ainda em vigor, representou um avanço em relação à anterior, uma vez que dispôs não apenas sobre o funcionamento dos grêmios estudantis, mas também deliberou sobre a sua criação, por meio de processos eleitorais, estatutos e regimentos a serem elaborados nas assembleias dos estudantes.

Posteriormente à Lei n.º 7.398/85, diversas leis enfatizaram a organização e a atuação dos estudantes. Dentre elas podemos citar a Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, no inciso IV de seu artigo 53, instituiu aos jovens o

4 É importante destacar que, em face de propostas de reestruturação da oferta educacional no estado de São Paulo e em razão de propostas de reestruturação do aparato legal nacional (Emenda Constitucional n.º 95/16 e Lei n.º 13.415/17), nos anos de 2015 e 2016 houve um intenso movimento em prol de ocupações dos espaços escolares em todo o país. No estado do Paraná, assim como outros estados brasileiros, o enfrentamento se deu sob a tutela do poder judiciário, o qual foi chamado para corroborar reivindicações de reintegração de posse. Além disso, as ações de reintegração de posse dos prédios escolares foram validadas sob o apoio de forte repressão policial e acompanhamento interessado de setores conservadores da sociedade. Naquele momento histórico o aparato repressivo do Estado colaborou para o ocultamento do processo formativo político em curso.

5 Idelbrando e Albuquerque (2011) investigaram a relação entre as atividades de um grêmio estudantil de uma escola municipal de São Paulo e o processo de formação da cidadania.

“direito de organização e participação em entidades estudantis” (BRASIL, 1990). Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que estabeleceu a gestão democrática como um dos fins da educação e esboçou sobre a atuação discente por meio das instâncias colegiadas, às quais o Grêmio Estudantil integra. Podemos apontar que o princípio da gestão democrática, previsto no inciso VIII do artigo 3º, aponta para a mesma direção.

Embora o direito à participação seja expresso na forma da lei, é importante o questionamento sobre como ocorre a efetivação de tal direito e como esta se materializa nas diferentes instituições de ensino. Por isso, compreender como ocorre a participação dos jovens em grêmios estudantis pode colaborar para uma reflexão mais ampla a respeito da atuação juvenil no atual período de crise estrutural da economia brasileira e mundial.

Para situar as análises e demonstrar que as realidades pesquisadas provenientes de um contexto mais amplo regido pela lógica capitalista, a qual orienta as relações sociais, faz-se necessário compreender a realidade social e econômica em que se inserem as escolas em que atuam os grêmios estudantis pesquisados.

3 Contradições e desigualdades nas periferias de Ponta Grossa, PR

O município de Ponta Grossa, com população estimada em 311.611 habitantes, está localizado na “mesorregião centro-oriental do Paraná e seu centro urbano está situado a 118 quilômetros da capital do estado” (NASCIMENTO; MATIAS, 2011, p. 74).

Nascimento e Matias (2011) apontam que a oposição entre as classes sociais na cidade de Ponta Grossa é mais facilmente evidenciada conforme a localização geográfica das residências das famílias. As classes com maior poder aquisitivo residem prioritariamente em regiões centrais ou em suas proximidades; já nas periferias, localizam-se “as maiores concentrações de famílias empobrecidas [...]” (NASCIMENTO; MATIAS, 2011, p. 90). Dados extraídos do Plano Diretor da cidade demonstram que 17% da população reside em ocupações irregulares, em periferias da cidade, o que representa 8.350 residências localizadas em pontos de invasão (PONTA GROSSA, 2006).

Nesse cenário de desigualdades sociais é que se inserem as seis escolas em que atuam os grêmios estudantis selecionados para a pesquisa. As escolas atendem entre 400 e 1.200 alunos, distribuídos em 3 turnos. Conforme dados dos PPPs das referidas escolas é possível apontar que: a **Escola A** está localizada em uma área de conjuntos habitacionais populares e apresenta alto índice de criminalidade decorrente do uso e tráfico de drogas; a média de escolaridade da comunidade é o Ensino Fundamental e a renda familiar média é de até dois salários mínimos, e a maioria das famílias depende de programas sociais, como o Bolsa Família. A **Escola B** apresenta, além das características familiares, sociais e econômicas elencadas na Escola A, muitos jovens órfãos, resultado da criminalidade ou do abandono familiar. A **Escola C** atende a uma

comunidade que fixou residência em locais cedidos pelo governo municipal, sendo constituída por trabalhadores da produção industrial e de serviços, com escolaridade circunscrita ao Ensino Fundamental e que, como nas demais comunidades, dependem de benefícios sociais, como Bolsa Família e Leite das Crianças⁶. As **Escolas D e E** diferenciam-se das demais em razão de atenderem alunos de regiões mais distantes do entorno de localização das escolas; a primeira atende 3 e a segunda 11 vilas e/ou bairros circundantes. Ainda, a **Escola E** tem um número significativo de famílias constituídas por trabalhadores braçais, domésticos e catadores de materiais recicláveis. A Escola F diferencia-se das demais por não ter acesso a tecnologias e atender alunos trabalhadores no ensino noturno.

Com base nas análises dos PPPs das referidas escolas, é possível concluir que essas instituições atendem a comunidades constituídas pela classe trabalhadora e caracterizadas por situação de pobreza. Os jovens estão expostos a problemas, como a falta de condições materiais para permanência na escola, drogas e criminalidade. Nessas localidades faltam condições básicas de vida, e as pessoas estão à margem da sociedade e do trabalho formal. Nas periferias são materializados os reflexos da divisão social entre “duas classes diametralmente opostas, entre a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 1999, p. 08).

Dados do GEMPAR (2015b) confirmam os reflexos das desigualdades sociais evidenciadas na cidade de Ponta Grossa. De acordo com o referido documento, a renda domiciliar *per capita* da cidade é de R\$ 862,43 e, na maioria das famílias, um único indivíduo detém a renda total⁷. No entanto, não podemos considerar que esse dado se aplica às famílias das periferias de Ponta Grossa, visto que a análise dos PPPs revelou que muitas dependem de programas sociais do Governo Federal. Se considerarmos que tais programas são destinados a unidades familiares com rendimentos baixos ou extremamente baixos, conclui-se que as famílias que residem nas periferias detêm rendimentos inferiores à renda domiciliar *per capita* da cidade de Ponta Grossa, estando na ou abaixo da linha de pobreza.

Os programas sociais do Governo Federal têm como regra a inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)⁸. O número de famílias inscritas no CadÚnico, em Ponta Grossa, vem crescendo consideravelmente, pois, no ano de 2012, o número de inscritos era de 25.010 famílias; em 2013 os inscritos eram de

6 O Programa Leite das Crianças (PLC) é uma iniciativa do governo estadual, voltado para a distribuição diária de um litro de leite para crianças de 6 meses a 3 anos de idade. O programa atende a famílias cuja renda *per capita* não ultrapasse meio salário mínimo.

7 Esse tipo de informação é medida pelo índice de Gini, que tem por objetivo quantificar o grau de desigualdade referente à distribuição de renda *per capita* nos domicílios. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. No município de Ponta Grossa, no ano de 2015, a escala ficou em 0,54.

8 O CadÚnico é um programa do Governo Federal que cadastra as pessoas incluídas em programas sociais.

28.243 famílias; e em 2014 esse número elevou-se para 32.543 famílias⁹ (PARANÁ, 2015a). Esse pode ser um reflexo da situação econômica geral do país e, também, da ampliação ao acesso a programas sociais, evidenciados na última década.

Em relação ao elevado índice de violência em comunidades periféricas da cidade, como uso e tráfico de drogas, ressalta-se o aumento da taxa de ocorrências policiais dessa natureza no ano de 2014. Enquanto as ocorrências policiais relativas ao uso e tráfico de drogas foram de 585 registros, os roubos tiveram 1.728 casos, e os furtos, 4.695 (PARANÁ, 2015b).

Outro aspecto apontado pelos PPPs foi o baixo nível de instrução das famílias pertencentes às comunidades. De acordo com os referidos documentos, em muitos casos, o grau de escolaridade das famílias compreende o Ensino Fundamental ou apenas o Ensino Médio incompleto, e um dos PPPs ainda revelou casos de analfabetismo entre as famílias dos alunos. Esses aspectos evidenciam uma das expressões mais fortes das desigualdades sociais de que são vítimas, pois, percebendo rendimentos tão baixos, a preocupação imediata dessas pessoas é a sobrevivência, ou seja, o provimento do seu sustento diário e, nesse contexto, a educação é, por elas, considerada um bem supérfluo.

O GEMPAR (PARANÁ, 2015b) destacou que o índice de pessoas que não concluíram o Ensino Médio, em Ponta Grossa, refere-se a 51.329 casos, e o número se eleva quando se refere ao índice de pessoas que cursaram somente o Ensino Fundamental, o qual é de 116.410, bastante elevado para uma cidade com população estimada em 311.611 habitantes.

Quanto ao índice de analfabetismo em Ponta Grossa, o documento ressalta que 3,69% das pessoas não sabem ler nem escrever. A taxa de abandono escolar no Ensino Médio, no mesmo município, é de 6,0%, o que significa 741 jovens fora da escola, considerando os dados do IBGE (2012), que indica 12.354 matrículas nessa etapa da Educação Básica. Isto demonstra que, se o número de jovens com idades entre 15 e 19 anos no município é de 27.680, o número de jovens que não frequenta o Ensino Médio é de 15.326.

Os dados apresentados pelo GEMPAR, dessa forma, são confirmados pelos PPPs das escolas pesquisadas e expressam as condições precárias em que é submetida a classe trabalhadora que reside nas periferias da cidade. A precariedade de condições refere-se, sobretudo, à falta de acesso a condições básicas de vida, as quais, possivelmente, limitam o gozo de uma boa saúde. As famílias contam com programas sociais para conseguir assegurar a sobrevivência.

As desigualdades sociais vislumbradas nessas comunidades fazem parte da natureza do capitalismo, sistema permeado por contradições, pois, ao passo em que produz

9 Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES), Ponta Grossa é considerado um município que está entre os mais ricos do Paraná. No entanto, em 2014, mais de 30 mil famílias estavam inscritas no CadÚnico, ou seja, em torno de 60% da população de Ponta Grossa vive em situação de pobreza, buscando inserção em programas sociais para sobreviver.

riquezas em abundância, que poderiam suprimir as necessidades de toda a humanidade, reproduz a miséria em larga escala (TONET, 2012b).

Nesse cenário de extremas desigualdades sociais estão localizados os grêmios estudantis integrantes da presente pesquisa. A partir da realidade apresentada, a próxima seção expõe a análise dos dados empíricos, caracterizados pelas entrevistas realizadas com os presidentes de seis grêmios estudantis.

4 Autonomia, projetos desenvolvidos, processo eleitoral e emancipação nos grêmios estudantis

Em que medida o Grêmio Estudantil pode contribuir para o processo de emancipação nas comunidades de periferias da cidade de Ponta Grossa? Essa é a questão central para a análise dos dados empíricos. Para respondê-la, analisamos entrevistas com os alunos que presidem os grêmios estudantis. As entrevistas foram categorizadas considerando quatro aspectos: a autonomia dos grêmios estudantis, o caráter dos projetos desenvolvidos, o processo eleitoral e as contribuições dos grêmios estudantis para o processo de emancipação. Esses aspectos são analisados nos trechos que seguem.

4.1 A autonomia discente

Dentre as conquistas que a Lei nº 7.398/85 trouxe para os jovens, destaca-se o princípio da autonomia dos estudantes. Para Costa e Vieira (2006), a construção da autonomia dos jovens ocorre por meio da atividade prática e da conscientização sobre a realidade em que estão inseridos.

Para Gramsci (1978) a conscientização de que a sociedade é desigual e permeada por relações hegemônicas, ou seja, de que o homem é um ser determinado no campo social, político e cultural, pode erigir os subalternos em um processo de lutas com fins de emancipação.

Nesse sentido, para o pensador sardo a “compreensão crítica de si mesmo” é obtida, por meio de concepções contraditórias (luta de hegemonia) que se inter cruzam no terreno social. A compreensão crítica da hegemonia que detém o domínio e supremacia no terreno político, econômico, social e cultural, consiste na “elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, 1978, p. 21). É nesse momento que para Gramsci (1978) reside a “consciência política”, ou seja, “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica” (p. 21).

Para Vázquez (2011) na “crítica radical” (p. 119) reside a possibilidade dos subalternos deterem o controle de todo o processo social. No ato de criticar as concepções de mundo, ou seja, no ato de reinterpretar as concepções de mundo, as filosofias e o senso comum impostos pela hegemonia dominante, há o estabelecimento da consciência política, do “bom senso” (GRAMSCI, 1978; GRAMSCI, 2014).

A partir disso é possível compreender que os jovens que atuam junto aos grêmios estudantis podem construir sua autonomia por meio da percepção da realidade contraditória em que estão inseridos, e no desenvolvimento de ações que visem a interferir nessa realidade.

Nos seis grêmios estudantis analisados, foi possível constatar que a hegemonia dominante se efetiva, materializada nas ações do gestor escolar, de modo a disciplinar as ações estudantis. Nesse sentido, há um cerceamento da construção da autonomia discente e das possibilidades de ampliação da consciência em relação aos limites e às contradições que permeiam as políticas em curso no contexto escolar, conforme indicou aluno entrevistado:

A última palavra sempre é do diretor. A gente dá o projeto, a gente dá o pontapé inicial, mas chega no fim do projeto é ele que decide se vai acontecer ou não, a gente não tem liberdade de falar “olha amanhã vai ter tal coisa”, por exemplo. Não dá, a gente tem que fazer um ofício, organizar semanas antes, para daí marcar aquele dia tudo certinho, a gente não tem essa liberdade, depende muito da aprovação dele (GRÊMIO ESTUDANTIL E, 2015).

Fica claro, no trecho exposto, que o gestor escolar influencia sobremaneira a atuação da agremiação. Essa influência é materializada nas barreiras por ele impostas, as quais dificultam o estabelecimento da autonomia discente e inibem o desenvolvimento de projetos e atividades pela agremiação.

Ao inibir as ações e as atividades a serem desenvolvidas pelos grêmios estudantis, os gestores, claramente, posicionam-se em favor aos pressupostos da educação no atual modo de produção, os quais, de acordo Mészáros (2008), consistem na transmissão de “um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (p. 35), colaborando na formação de jovens que reproduzirão e conservarão o atual modelo societário.

É possível compreender, portanto, que a equipe pedagógica que atua nas realidades analisadas integra os “agentes da burguesia”, conforme expõe Carnoy (1984, p. 30), visto que, ao limitar a atividade das agremiações, auxiliam no cerceamento da autonomia dos jovens. Tal atitude incorre em imobilismo e, conseqüentemente, na falta de percepção crítica sobre os limites impostos pela organização social capitalista.

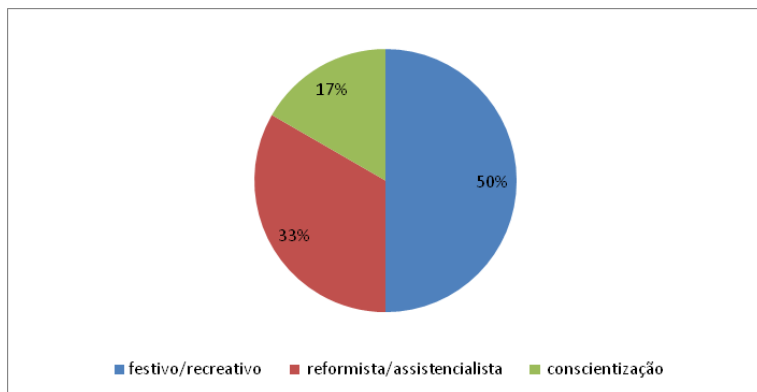
Ao analisar o princípio da autonomia nos grêmios pesquisados, é possível indicar que se trata de um processo contraditório. Ao mesmo tempo que possibilita a ação dos estudantes, esta é cerceada por medidas controladoras e tuteladoras dos gestores e dos profissionais envolvidos. Nesse sentido, a atuação dessa instância colegiada é permeada por possibilidades, mas, ao mesmo tempo, essas são limitadas e, muitas vezes, neutralizadas.

4.2 Os projetos desenvolvidos

A análise das entrevistas e das atas dos grêmios estudantis indicou que estes desenvolveram, ao longo de dois anos, 32 projetos junto às escolas e às comunidades

circundantes. Esses projetos foram classificados em categorias que expressam características evidenciadas. Tais características podem ser classificadas como de cunho: festivo/recreativo, reformista/assistencialista, e de conscientização, conforme expõe o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Características evidenciadas em projetos dos grêmios estudantis – Escolas Estaduais – Ponta Grossa – 2015



Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Conforme pode ser observado, a maioria dos projetos (55%) assume características de cunho festivo/recreativo, desenvolvendo atividades relacionadas a festas e torneios esportivos. Em que pese a importância da realização de eventos festivos ou esportivos enquanto atividades realizadas para lazer, socialização e prática de atividades desportivas, a promoção de tais atividades, muitas vezes, é utilizada para desviar a atenção dos jovens das contradições expressas na realidade mais ampla. Isso também acontece com atividades reformistas ou assistencialistas, as quais representam 36% das ações desenvolvidas. As atividades dos grêmios estudantis precisam estar comprometidas com a participação política, que são fundamentais para a vivência de experiências, valores e significados que serão essenciais nas lutas pela conquista de direitos (MENDES, 2011).

Os projetos de cunho reformista/assistencialista referem-se à realização de trabalhos de jardinagem na escola, cultivo de verduras para a melhoria do cardápio da merenda escolar, campanhas de doação de roupas, livros e alimentos, além de pequenas reformas na escola, como pintura de quadras, conserto de ventiladores, construção de muros, entre outros, conforme expôs um dos entrevistados:

O muro aqui da escola é de palitos e por ser de palitos muitos marginais entram aqui, [...] a direção tentou, pelo governo, conseguir o muro, mas eles dão a ideia de colocar uma cerca viva, porque o muro tem um custo muito alto [...]. Então a gente vai fazer arrecadação através de

eventos [...] para fazer a construção do muro. Não pretendemos pagar profissionais, mas fazer mutirão entre os pais para eles participarem, isso é uma forma de inserir a sociedade. Ano que vem a gente tem a ideia de fazer a campanha do agasalho, também fazer a cozinha solidária (GRÊMIO ESTUDANTIL A, 2015).

Aqui se exemplifica o ativismo juvenil comprometido com atividades de cunho reformista. Isso evidencia uma participação juvenil engajada apenas com pequenas mudanças sociais, pautadas na solidariedade, e não nas transformações em relação às condições de vida da comunidade. Dessa forma, as mudanças destacadas decorrem de práticas que não contribuem para o rompimento com as desigualdades sociais, visto que são paliativas e temporárias e inibem a emancipação política dos jovens.

As atividades de cunho reformista/assistencialista, conforme indicaram as entrevistas, são recepcionadas de forma bastante positiva pelos gestores e pela equipe pedagógica da escola, o que se constitui em um indicativo de que as ações destes profissionais se efetivam de modo a barrar o ativismo político, comprometido com a ampliação dos direitos e com a leitura e percepção dos problemas que permeiam o contexto em que os jovens se inserem.

Para Vázquez (2011), é na prática comprometida com a atividade política, ou seja, na práxis social, aquela voltada para “transformar a organização e a direção da sociedade”, (p. 232) que se efetiva “uma nova realidade” (p. 337), nos âmbitos social, político e/ou econômico. Dessa forma, é possível inferir que a práxis social, aquela proporcionada pela participação em canais de educação não formal, como nos grêmios estudantis, pode contribuir para a transformação das relações hegemônicas que permeiam o atual modo de produção.

No caso dos projetos desenvolvidos pelos grêmios estudantis nas escolas de periferias da cidade de Ponta Grossa, é possível inferir que, embora a maioria deles possa ser caracterizado como assistencialista/reformista e que o desenvolvimento dessas projetos seja fomentado pelos gestores, existem propostas voltadas para a conscientização. Tais projetos, mesmo sendo desenvolvidos com pouca frequência, podem colaborar para o desenvolvimento de ações que indiquem mudanças na realidade dos jovens, sejam estas na realidade escolar ou social.

Integram os projetos voltados para a conscientização nas agremiações pesquisadas, a realização de teatro sobre os problemas decorrentes do uso de drogas e uma palestra sobre o movimento estudantil, esses compuseram 9% dos projetos desenvolvidos. Destacam-se as potencialidades desses projetos para desvelar as contradições presentes na sociedade e indicar a possibilidade de vislumbrar alternativas que contribuam para a superação do modo de produção capitalista, pois

[...] o grande movimento de libertação da humanidade deve ser guiado por um esforço consciente para reconstruir a sociedade, para ultrapassar uma situação na qual o homem está dominado pelas forças cegas da economia de mercado e começa a tomar as mãos do próprio destino. Este

ato consciente de emancipação não pode ser conduzido com eficácia, e muito menos até o fim, sem que o homem tome consciência do ambiente social em que vive, das forças sociais com que deve enfrentar-se e das condições econômicas e sociais gerais desse movimento para a libertação (MANDEL, 1979, p. 20).

Dessa forma, o esforço consciente para a libertação da humanidade proposto por Mandel (1979) é o ato que vai fornecer a possibilidade de romper com as forças dominantes. Mas esse rompimento somente se tornará possível a partir do momento em que a classe trabalhadora tome consciência de que a relação de exploração que vivencia é passível de superação.

Ressaltamos, portanto, a importância da adesão de jovens, principalmente aqueles engajados em grêmios estudantis, em projetos comprometidos com a conscientização. Esse envolvimento juvenil colabora para a compreensão ampla a respeito do discurso hegemônico que oculta contradições da realidade e colabora para a ampliação da desigualdade social. Todavia, para que o trabalho de conscientização se torne eficaz, é necessária uma organização coletiva, na qual os sujeitos discutam a realidade concreta e se comprometam com a transformação da sociedade. (MANDEL, 1979).

Os resultados denunciam que as atividades desenvolvidas pelos grêmios dificultam o rompimento com conceitos e concepções hegemônicas. Esse fator contribui para o alargamento da divisão entre as classes sociais, visto que a conscientização sobre os limites do capital é um passo importante para sua superação, conforme expressou Mandel (1979).

No entanto, mesmo existindo o cerceamento à atividade autônoma e engajada nos grêmios estudantis, atividade expressa nas práticas desenvolvidas por estes, é possível indicar que nesses mesmos grêmios tutelados também reside possibilidade de embate e confronto social. Em que pese as limitações impostas à atuação dos grêmios estudantis, os jovens agem nas fissuras do controle, encontrando brechas para a participação engajada, conforme indicam os 9% dos projetos voltados para a conscientização social.

4.3 O processo eleitoral

A escolha dos presidentes dos grêmios estudantis, por meio de um processo eleitoral, foi garantida pela Lei nº 7.398/85. Essa lei representa uma importante conquista para os secundaristas, pois, pelo exercício do voto, abre-se a possibilidade de escolha daqueles que melhor representam os interesses dos alunos. Dessa forma, há a possibilidade do exercício de relações democráticas. Os dados coletados evidenciam que o ato de votar ocorreu de forma distinta, uma vez que apenas três grêmios participaram de um processo eleitoral com mais de duas chapas inscritas. Dois deles tiveram chapa única, e um Grêmio Estudantil foi indicado pelo gestor escolar.

Em uma perspectiva formal, podemos afirmar que o processo eleitoral ocorreu em conformidade com a Lei nº 7.398/85. No entanto, apenas 50% (3) das agremiações tiveram debate entre propostas diferentes para sua condução, enquanto em 33% (2) houve aclamação de chapa única, e 17 % (1) com indicação do gestor escolar. Essas particularidades apresentadas no processo eleitoral das agremiações podem representar reflexos do momento vivido no cotidiano social, de enfraquecimento das instituições e representações políticas, em razão das denúncias de corrupção em curso no Brasil e, também, da falta de conhecimento e envolvimento com questões coletivas, conforme observaram os presidentes de grêmios aclamados no processo eleitoral. Esses entrevistados observaram que a falta de conhecimento dos alunos, sobre o que é e qual a importância do Grêmio Estudantil, foi um fator que contribuiu para que não se interessassem em organizar chapas concorrentes. De acordo com um dos entrevistados, a falta de conhecimento é um fator que limita a participação:

[...] um exemplo de situação que limita a participação deles é a falta de conhecimento. Isso limita muito a participação deles, porque quando eu estava divulgando a chapa eu chegava e perguntava: Você sabe o que é um grêmio? Por sala, um ou dois sabiam, tinha sala que ninguém sabia. [...] Na verdade, a gente não fez um trabalho de informação, a gente explicou o que era o grêmio estudantil quando a gente estava divulgando a chapa (GRÊMIO ESTUDANTIL A, 2015).

Dessa forma, entendemos que a falta de um trabalho de conscientização sobre o que é e sobre a importância do Grêmio Estudantil limitou a participação dos alunos no processo eleitoral. Consideramos impossível ampliar a participação discente sem informações e conscientização sobre sua importância para a manutenção, a ampliação e a conquista de direitos.

A participação de apenas uma chapa em processo eletivo pode ser sintetizada nas categorias de participação propostas por Costa (2001). Para esse autor, a participação é decorativa quando o jovem apenas marca presença em um evento ou atividade sem nele interferir, e a participação também pode ser simbólica quando tem como função apenas a transmissão da mensagem sobre a importância dos jovens.

A participação do coletivo dos alunos no *processo eleitoral* com chapa única exemplifica a participação decorativa, visto que não foi dada aos alunos a oportunidade de comparar propostas, avaliá-las e, assim, escolher a que melhor representaria seus interesses. A participação também foi simbólica, pois a *eleição* cumpriu apenas a função de mostrar para a comunidade que a instituição de ensino valoriza a participação do jovem.

Em oposição aos dois modelos de participação elencados por Costa (2001), em um dos grêmios pesquisados evidenciou-se o interesse para a anulação da participação, conforme observa-se no trecho da entrevista, em que o aluno elencou situações que dificultam a participação na agremiação:

Olha, eu acho muito professor dizendo: “Você vai participar?”. “Você não pode, porque você não é um bom exemplo”. Eu acho que isso não deve existir [...]. Tipo, professor barrando, isso não deve existir. A família também não estimula a participação dos alunos no grêmio estudantil, muitos não sabem nem o que é o grêmio estudantil, aqui nós explicamos, mas é bem difícil, muitas das nossas propostas nós não fizemos porque nessa escola é bem difícil, a diretora dificulta, gosta de implicar [...] (GRÊMIO ESTUDANTIL D, 2015).

As realidades investigadas mostram a urgência de um trabalho voltado para a conscientização dos alunos a respeito de sua participação, tanto dentro quanto fora da escola. O significado da participação em Grêmios Estudantis, as atribuições de seus membros e a regulamentação pertinente precisam ser objetos de discussão coletiva, não apenas para fomentar a participação no interior da escola, mas para que os estudantes possam, também, intervir na realidade em que vivem.

Além das situações que envolvem a participação simbólica e a participação decorativa, Costa (2001) ainda expõe sobre a participação manipulada, na qual “os adultos determinam e controlam o que os jovens deverão fazer numa determinada situação” (COSTA, 2001, p. 85), e a participação operacional, a qual ressalta a participação “apenas da execução de uma ação” (COSTA, 2001, p. 85).

Esses modelos de participação, somados aos outros dois elencados anteriormente, apresentaram-se simultaneamente no *processo eleitoral* em que a diretora indicou o aluno para presidir o Grêmio Estudantil E, conforme é possível verificar no trecho da entrevista:

Então, o processo eleitoral do grêmio foi mais ou menos assim, a diretora me indicou, ela me chamou um dia lá, fez uma reuniãozinha entre eu e ela, perguntou se eu queria ser presidente do grêmio e tal e eu assumi. Aí ela me entregou uma folha e nessa folha eu tinha que preencher com os nomes do resto dos integrantes do grêmio, aí eu escolhi a minha vice-presidente e com a minha vice-presidente eu fui escolhendo o resto dos integrantes que a gente sabia que iria dar certo para cada cargo, tipo secretária, tesoureiro e tudo assim. Isso foi feito o ano passado e esse ano para renovar a ata, tinha bastante gente que tinha saído do colégio. Então eu peguei as pessoas que tinham sobrado do grêmio e junto com a direção a gente foi substituindo essas pessoas, foi uma reunião na salinha da diretora, tudo, com as pessoas que tinham ficado do grêmio anterior do ano passado, no caso, para substituir, para formar o grêmio deste ano, no caso, que é o que está atualmente (GRÊMIO ESTUDANTIL E, 2015).

É possível identificar, na exposição do entrevistado, que a indicação do Grêmio Estudantil E foi permeada pelos quatro modelos de participação elencadas por Costa (2001). No caso apresentado, a determinação e o controle da ação pela direção escolar no processo cerceou a participação de outros possíveis candidatos, caracterizando-se como participação manipulada. A participação foi igualmente operacional, uma vez que o presidente da agremiação apenas participou da ação previamente planejada e determinada pela diretora da escola. Também foi simbólica, pois a participação no *processo eleitoral* foi meramente burocrática e formal. Finalmente, a participação

foi também decorativa, pois o jovem, no processo eleitoral, não teve a possibilidade de interferir, apresentando um projeto para os demais estudantes, expondo ideias e socializando as propostas de atuação.

Essa realidade evidencia o quão difícil pode ser o processo de discussão de propostas, de conscientização dos estudantes e de efetiva participação no processo de escolha de dirigentes dos grêmios estudantis.

O processo eletivo dos grêmios estudantis poderia, enquanto vivência de cidadania, oferecer aos estudantes a possibilidade de constituir-se enquanto cidadão, mesmo nos limites da sociedade capitalista. Entretanto, os dados indicam que essa ainda é uma realidade a ser conquistada nos espaços escolares.

4.4 Emancipação política e emancipação humana

O processo de emancipação compreende tanto a emancipação política quanto a emancipação humana, já que esta é uma “possibilidade histórica” (LESSA; TONET, 2011, p. 115), um horizonte, um fim; e aquela corresponde ao modelo de emancipação que dispomos dentro do tipo de sociedade vigente. No entanto, a emancipação política possui limites, pois tanto em *A questão judaica* como em *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei de Prússia e a reforma social”*. De um prussiano, Marx, expôs sua limitação em relação à emancipação humana. Contudo, a emancipação política, conforme abordada por Marx (2010a; 2010b), ainda representa um progresso na atual forma de sociabilidade.

Na forma de sociabilidade orientada pelos interesses capitalistas, a emancipação política evidencia-se pela igualdade e pela liberdade formal entre os cidadãos e pelo sufrágio universal, enquanto a emancipação humana caracteriza-se como uma possibilidade a ser perseguida, aliada à perspectiva de superação do capitalismo e do capital, chegando a uma organização de homens livres e verdadeiramente iguais.

Podemos indicar que entre os limites da emancipação política há o fato de que, para a concepção liberal, todos os homens são iguais, possuem os mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas leis. No entanto, no plano real essa concepção oculta o antagonismo de classes revelado, na realidade, pelas desigualdades sociais. O trabalhador assalariado, enquanto cidadão, não usufruirá de uma igualdade real, pois “jamais deixará de sofrer a exploração e dominação do capital, portanto, jamais poderá ser plenamente livre” (TONET, 2012a, p. 49). Assim, a emancipação política, mesmo que limitada, representa um progresso, pois as lutas protagonizadas pela classe trabalhadora podem iluminar a luta comprometida com a emancipação humana, conforme expõe Tonet (2012a).

Por esse contexto consideramos a urgência do comprometimento dos estudantes em lutas voltadas para a manutenção, a ampliação e a criação de novos direitos, principalmente nas periferias, locais em que a população necessita de esclarecimento sobre a raiz dos problemas sociais que mostram sua faceta mais dura no cotidiano

(desemprego, subemprego, fome, drogas, violência, exclusão social, falta de acesso a itens básicos de saúde, entre outros).

As realidades investigadas indicam que os grêmios estudantis analisados pouco contribuem para o processo de emancipação, visto que essa instância colegiada não colabora para o debate sobre a emancipação humana, e a emancipação política mostra-se contemplada de forma extremamente fragilizada. No entanto, mesmo atrelados a um sistema cerceador e limitador da autonomia e da participação, há possibilidades latentes de conscientização coletiva.

Nesse sentido, a luta por outra hegemonia ocorre na medida em que há o desenvolvimento da consciência sobre os limites da realidade. Por isso, o rompimento com as situações estabelecidas, tanto no interior da escola como na sociedade como um todo, é um processo histórico e não se institui de modo imediato e instantâneo. Conforme Gramsci (1978, p. 38) considera, “nós somos criadores de nós mesmos de nossa vida, de nosso destino”. Isto significa que o homem é um ser histórico e que somente ele pode contribuir para a “construção de uma forma de sociabilidade além e superior a atual” (TONET, 2014, p. 10), uma sociedade em que os homens terão pleno controle sobre o processo de produção e não sofrerão a exploração do capitalista (TONET, 2014).

A participação de estudantes em instâncias colegiadas deveria estar pautada na luta por esse modelo de sociedade. No entanto, é preciso considerar que a despolitização dos jovens faz parte do jogo de conservação social imposto pela hegemonia dominante. Dessa forma, a participação dos jovens, mesmo limitada, ainda representa uma possibilidade para a ampliação, a garantia e a vivência de direitos. As dificuldades evidenciadas indicam a necessidade de luta constante para a efetivação da emancipação política e, quiçá, a chegada à emancipação humana.

Em relação à emancipação humana, entendemos que sua conquista é um processo longo e possível, o qual depende de uma consciência coletiva a respeito da realidade desigual e injusta que orienta a sociedade capitalista e de uma tomada de decisão, também coletiva, em prol de sua superação. Sendo assim, a luta direcionada para a emancipação humana também é possível nos pequenos grupos, aos quais se imprime força e legitimidade para a transformação social. É nesse campo que compreendemos a grande contribuição dos grêmios estudantis.

5 Considerações finais

Procuramos explicitar a atuação de jovens que participam nos grêmios estudantis das regiões de periferias da cidade de Ponta Grossa (PR), de forma a evidenciar se tais ações podem contribuir para o processo de emancipação. Pudemos identificar que a emancipação política é contemplada de forma frágil, pois as ações das agremiações são orientadas a partir de relações de subordinação e de diferentes discursos e atitudes,

que se alinham ao objetivo de conservação das relações capitalistas que vigoram na atualidade.

Com base nas reflexões apresentadas é possível indicar que falta aos jovens das agremiações conscientização sobre a possibilidade de romperem com as amarras conservadoras que orientam sua participação, de forma a superarem as relações de subordinação a que são submetidos no interior da escola. Em outras palavras, precisam superar o cerceamento à atividade política emancipadora e das relações tuteladas apresentadas em seu cotidiano.

Acreditamos que essa tarefa não é fácil, pois as relações de autoridade e subordinação já estão instituídas e naturalizadas no interior da escola, e isso contribui para que, nos grêmios estudantis, também se materializem as relações presentes na sociedade. Para romper com as barreiras impostas à participação estudantil, as quais contribuem para a repetição das relações desiguais presentes na sociedade capitalista, é preciso organizar-se para a luta. Os Grêmios Estudantis podem e precisam constituir-se em espaço de formação e de luta em prol de uma sociedade justa, igual e livre.

Referências

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender com os movimentos sociais? *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

BRASIL. *Lei nº 7.398*, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Portal da Legislação, nov. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm>. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação, jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação, Brasília, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Dados gerais do município de Ponta Grossa*. [s.d.]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>>. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Ponta Grossa, ensino matrículas e rede escolar*. [s.d.]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>>. Acesso em: 24 out. 2018.

CARLOS, A. G. *Grêmio estudantil e participação do estudante*. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARNOY, M. *Educação, Economia e Estado: base e superestrutura, relações e mediações*. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

COSTA, A. C. G. *Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo*. São Bento: EU- Editora Universidade, 2001.

COSTA, A. C. G.; VIEIRA, M. A. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo: FTD, 2006.

GOHN, M. G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Investigar em Educação*. Campinas, II série, n. 1, p. 35-50, 2014.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

GRÊMIO ESTUDANTIL A. *Entrevista*. Ponta Grossa. Paraná, 5 maio 2015. Entrevista concedida a Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin.

GRÊMIO ESTUDANTIL D. *Entrevista*. Ponta Grossa. Paraná, 17 set. 2015. Entrevista concedida a Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin.

GRÊMIO ESTUDANTIL E. *Entrevista*. Ponta Grossa. Paraná, 22 out. 2015. Entrevista concedida a Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin.

IDELBRANDO, A. G.; ALBUQUERQUE, H. M de P. O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação com o processo de formação de cidadania dos alunos. *Revista Ambiente Educação*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 119-125, jul./dez. 2011.

LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MANDEL, E. *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*. Lisboa: Antídoto, 1979.

MARTINS, F. A. da S.; DAYRELL, J. T. Juventude e participação: grêmio estudantil como espaço educativo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013.

MARX, K. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. De um prussiano. São Paulo: Expressão popular, 2010a.

MARX, K. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010b.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. RocketEdition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

MENDES, F. B. *Um grêmio estudantil mais politizado: formas de engajamento e a construção identitária em um grêmio estudantil*. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

MÉSZAROS, I. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, E.; MATIAS, L. F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). *Raega*. Curitiba, v. 23, p. 65-97, 2011.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES). *Caderno Estatístico*: município de Ponta Grossa. Curitiba, 2015a. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000&btOk=ok>>. Acesso em: 24 out. 2018.

PARANÁ. Ministério Público. Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Paraná (GEMPAR). *Informações Municipais para Planejamento Institucional*. Curitiba, 2015b. Disponível em: <<http://www2.mppr.mp.br/cid/pontagrossa.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

PARANÁ. Secretaria da Cultura e do abastecimento. *Programa leite das crianças*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.leitedascrianças.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: 24 out. 2018.

PAVÃO, G. C.; CARBELO, S. R. C. Grêmio estudantil: uma instância colegiada em debate. *XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE)*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba: 23 a 26 de novembro de 2013, p. 1387-1401.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor Participativo*. Ponta Grossa, 2006. Disponível em: <http://geo.pontagrossa.pr.gov.br/portal/plano_diretor>. Acesso em: 02 dez. 2015.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Diagnóstico*. Escola A. Ponta Grossa, 2015, [s.d.]. p. 8-12.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Diagnóstico*. Escola B. Ponta Grossa, [s.d.]. p. 13-15.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Aspectos sócio-econômicos e culturais da comunidade escolar*. Escola C. Ponta Grossa, [s.d.]. p. 07-12.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Diagnóstico da comunidade*. Escola D. Ponta Grossa, [s.d.]. p. 07-12.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Marco situacional*. Escola E. Ponta Grossa, 2015. p. 15-18.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Diagnóstico do estabelecimento de ensino*. Escola F. Ponta Grossa, 2014. p. 11-15.

SANFELICE, J. L. Breves reflexões sobre juventude educação e globalização. In: MACHADO, L. O. (Org.). *Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania*. Frutal, MG: Prospectiva, 2013.

SOUZA, A. C. de; MEREGE, S, R, L. Grêmio estudantil: a voz do aluno na gestão escolar democrática. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. *Cadernos do PDE*, Curitiba, 2014, p. 02-21.

TONET, I. *Educação contra o capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

TONET, I. *Sobre o socialismo*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, jan./jun. 2014.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Recebido em: 28/10/2016

Aprovado em: 17/10/2018